

CONCURSO PÚBLICO

Com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRADUÇÃO, TRANSCRIÇÃO, INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA E INTERPRETAÇÃO EM LINGUA GESTUAL PARA 36 MESES

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

(Processo n.º R/077/2025)



1. TIPO E OBJETO DO PROCEDIMENTO	3
2. ENTIDADE ADJUDICANTE E LOCAL ONDE DECORRE O PROCEDIMENTO.....	3
3. AUTORIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.....	3
4. CONSULTA DO PROCESSO E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO CONCURSO	4
5. REGRAS DE PARTICIPAÇÃO	4
6. IMPEDIMENTOS.....	5
7. AGRUPAMENTOS.....	7
8. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS PEÇAS do procedimento	8
9. MODO DE APRESENTAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS.....	9
10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	10
11. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA.....	10
12. PROPOSTAS VARIANTES	11
13. NEGOCIAÇÃO	11
14. LEILÃO ELETRÔNICO	11
15. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	12
16. EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS	13
17. PREÇO BASE	13
18. PREÇO OU CUSTO ANORMALMENTE BAIXO	14
19. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	14
20. MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	14
21. CRITÉRIO DE DESEMPATE	14
23. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO	15
24. CAUÇÃO	16
25. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO	16
26. DESPESAS E ENCARGOS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	16
27. LEGISLAÇÃO E FORO APLICÁVEIS.....	16
ANEXOS:	17



1. TIPO E OBJETO DO PROCEDIMENTO

- 1.1. O presente procedimento pré-contratual é um concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do artigo 20.º, n.º 1 alínea a) do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação.
- 1.2. O presente concurso público tem por objeto a aquisição de serviços de tradução, transcrição, interpretação simultânea e interpretação em língua gestual, nos termos constantes do presente programa de procedimento e do caderno de encargos.
- 1.3. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável, constante do Anexo I ao Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, o objeto do presente procedimento tem a seguinte classificação CPV principal 79530000-8 Serviços de tradução.
- 1.4. Qualquer referência nas peças do procedimento a um fabricante, a um processo específico de fabrico, a marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção considera-se como estando acompanhada da menção «ou equivalente».

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E LOCAL ONDE DECORRE O PROCEDIMENTO

- 2.1 A entidade pública contratante é a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Agência, I.P.), contribuinte fiscal n.º 510 928 374, com sede na Avenida 5 de Outubro, n.º 153, Lisboa, 1050-053 Lisboa, Telefone (351) 218814000, com a página web www.adcoesao.pt, adiante designada por Agência, I.P.
- 2.2 O processo do concurso decorre no Núcleo de Gestão de Contratos e Património, sito na Avenida 5 de Outubro, n.º 153 – 7.º Piso, Lisboa, 1050-053 Lisboa, Telefone (351) 218814000, com o endereço de correio eletrónico contratacao@adcoesao.pt, através da plataforma eletrónica www.acinGov.pt, de acordo com as condições constantes no presente programa e caderno de encargos.

3. AUTORIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- 3.1 Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, aplicáveis por força do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, a assunção de encargos plurianuais inerente à aquisição objeto



do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento foi autorizada por Deliberação do Conselho Diretivo da Agência, I.P., de 23.05.2025, exarada sobre a Informação n.º I/650/2025, de 22 de maio de 2025, ao abrigo da delegação de competências constante do ponto 3 do Despacho n.º 9588/2024, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 161, de 21 de agosto de S. Exa. o Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional e por força do Despacho n.º 4956/2024, de 7 de maio, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 88, de S. Exa. o Ministro de Estado e das Finanças.

- 3.2 A abertura do procedimento e a decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo da Agência, I.P., datada de 23.05.2025, ao abrigo das competências próprias e nos termos do disposto no artigo 36.º do CCP e nos termos conjugados da alínea c) do. N.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com a redação em vigor.
- 3.3 A decisão de contratar foi precedida da obtenção do competente parecer prévio da DGAEP, nos termos exigidos pelo Regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, aprovado em anexo à Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, na sua atual redação.

4. CONSULTA DO PROCESSO E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO CONCURSO

- 4.1 Constituem documentos do presente procedimento o anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, o programa do procedimento e o Caderno de Encargos, que se encontram disponíveis na plataforma eletrónica indicada no ponto 2.2, bem como para consulta no Núcleo de Gestão de Contratos e Património, sito na Avenida 5 de Outubro, n.º 153 – 7.º Piso, Lisboa, 1050-053 Lisboa, Telefone (351) 218814000, nos dias úteis, das 10H às 12H e das 14H30 às 17H00, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 4.2 As peças do presente procedimento são fornecidas aos interessados apenas através da plataforma eletrónica acima indicada, de forma gratuita.

5. REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1 O presente procedimento é tramitado exclusivamente de forma eletrónica, na plataforma eletrónica utilizada pela Agência, I.P. acessível em <https://www.acingov.pt>, não sendo admitido qualquer outro meio de intervenção no procedimento.
- 5.2 A participação no presente procedimento depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação referida no nº 1, devendo os interessados acautelar o tempo necessário



para o efeito, não sendo aceite qualquer pedido de prorrogação de prazo de entrega de propostas por atrasos do interessado nessa inscrição.

- 5.3 As peças do procedimento são as indicadas na Informação Geral relativa ao presente procedimento constante na plataforma eletrónica, estando nela disponíveis para *download* gratuito, sendo facultado acesso ao procedimento, até ao termo do prazo de entrega das propostas, através do registo como interessado.
- 5.4 Em caso de existência de dúvidas relativamente à utilização da plataforma eletrónica, devem os interessados contactar o *helpdesk* por esta disponibilizado.

6. IMPEDIMENTOS

- 6.1 Sem prejuízo da possibilidade de relevação dos impedimentos nos termos do artigo 55.º-A do CCP, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que:
- a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas ou tenham pendente um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei;
 - b) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, quando tenham sido condenados por aqueles crimes a pessoa coletiva ou a titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções, em qualquer dos casos sem que, entretanto, tenha ocorrido a respetiva reabilitação;
 - c) Tenham sido objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido objeto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções.
 - d) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal;



- e) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal;
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória de proibição de participação em procedimentos de contratação pública previstos em legislação especial, nomeadamente nos regimes contraordenacionais em matéria laboral, de concorrência e de igualdade e não-discriminação, bem como da sanção prevista no artigo 460.º, durante o período fixado na decisão condenatória;
- g) Tenham sido objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- h) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - i. Participação numa organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008;
 - ii. Corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários da União Europeia ou dos Estados-Membros da União Europeia e no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, e nos artigos 372.º a 374.º -B do Código Penal;
 - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;
 - v. Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista, tal como definidas nos artigos 3.º e 4.º da Diretiva n.º 2017/541, do Parlamento Europeu e do



Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, ou qualquer infração relacionada com atividades terroristas, incluindo cumplicidade, instigação e tentativa, nos termos do artigo 14.º da referida diretiva;

- vi. Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011.
 - i) Tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
 - j) Tenham diligenciado no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar do órgão competente, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento, ou tenham prestado informações erróneas suscetíveis de alterar materialmente as decisões de exclusão, qualificação ou adjudicação;
 - k) Estejam abrangidas por conflitos de interesses que não possam ser eficazmente corrigidos por outras medidas menos gravosas que a exclusão;
 - l) Tenham acusado deficiências significativas ou persistentes na execução de, pelo menos, um contrato público anterior nos últimos três anos, tendo tal facto conduzido à resolução desse contrato por incumprimento, ao pagamento de indemnização resultante de incumprimento, à aplicação de sanções que tenham atingido os valores máximos aplicáveis nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º, ou a outras sanções equivalentes.
- 6.2 Para efeitos do disposto na alínea k) do número anterior, podem ser ponderadas, como medidas menos gravosas que a exclusão, designadamente, a substituição de membros do júri ou de peritos que prestem apoio ao júri, a instituição de sistemas de reconfirmação de análises, apreciações ou aferições técnicas, ou a proibição de o concorrente recorrer a um determinado subcontratado.

7. AGRUPAMENTOS

- 7.1 Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todos os membros do agrupamento satisfaçam as disposições legais a contratar, comprovando em relação a cada uma das empresas os documentos exigidos no ponto 15 do presente procedimento (todas as empresas que compõem o agrupamento).



- 7.2 Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, de acordo com o estabelecido no CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 7.3 A constituição jurídica do agrupamento não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis solidariamente perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta.
- 7.4 As entidades que compõem o agrupamento deverão designar um interlocutor único, devidamente identificado perante a entidade adjudicante, entregando os respetivos instrumentos de mandato.
- 7.5 Não existindo representante comum, a proposta e todos os documentos que a constituem devem ser assinados por todos os seus membros (todas as empresas que compõem o agrupamento) ou respetivos representantes.
- 7.6 Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa das seguintes modalidades jurídicas: sociedade, consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas, fazendo constar desse contrato a menção quantitativa relativamente à participação de cada um dos membros do agrupamento no âmbito do contrato a celebrar.
- 7.7 Em caso de adjudicação, a apresentação dos documentos de habilitação deve obedecer ao disposto no artigo 81.º do CCP, conjugado com a Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

8. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 8.1 No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 8.2 Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.



- 8.3 A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e aqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
- 8.4 Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
- a) O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 8.5 Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, ou até ao final do prazo de apresentação das Propostas, atendendo-se, neste caso, ao disposto no artigo 64.º do CCP, para efeitos de prorrogação do prazo fixado para a apresentação das Propostas.
- 8.6 Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento.
- 8.7 Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

9. MODO DE APRESENTAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS

- 9.1 Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
- 9.2 A proposta deverá ser apresentada, pelos concorrentes ou seus representantes, até às **23:59 horas do 30.º (trigésimo) dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 136.º do CCP.
- 9.3 A proposta e os documentos deverão ser datados e assinados e são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.



- 9.4 Sem prejuízo do disposto no número anterior, podem ser apresentadas, em língua inglesa, certificações e/ou outro estrangeirismos próprios do objeto contratual.
- 9.5 Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados eletronicamente na plataforma referida no número anterior, devendo ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, aposta mediante utilização de um certificado digital que contenha as informações que permitam relacionar o assinante com a sua função e o poder de representação do concorrente, nos termos definidos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 9.6 Quando a assinatura eletrónica não comprove os poderes de representação do assinante, tem de ser submetida, juntamente com a proposta, o(s) documento(s) que comprove(m) os poderes de representação de que o assinante dispõe.
- 9.7 No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os números 9.5 e 9.6 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital ou assinatura digital qualificada que cumpra os requisitos aí previstos, com junção do documento que comprove o mandato emitido por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, assinada, nos mesmos termos, por todos os membros do agrupamento, através dos seus representantes legais.
- 9.8 Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete.
- 9.9 Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidade terceira, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do concorrente que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **90 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação de propostas.

11. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 11.1 Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, nos termos do art.º 66.º do Código dos Contratos Públicos, até ao termo do primeiro terço do



prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos de restrição ou de limitação de acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário;

- 11.2 A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, por um elemento do júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- 11.3 Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.
- 11.3 Quando por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos do disposto no ponto 9 ou no prazo fixado, o júri pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.
- 11.4 Não há lugar à classificação ou anonimato de documentos cujos elementos sejam necessários para a análise e avaliação das propostas, devendo os concorrentes assegurar a licitude do tratamento dos dados pessoais em matéria de proteção de dados e o cumprimento do RGPD e demais legislação aplicável em matéria de dados pessoais.
- 11.5 Na apresentação dos *curricula* e/ou outros documentos nos quais constem dados pessoais, os concorrentes são responsáveis por assegurar a licitude do tratamento dos dados pessoais, para que a Agência, I.P., no âmbito exclusivo do procedimento de contratação pública em apreço e de execução do contrato, fique habilitada para o tratamento desses dados, designadamente a respetiva conservação pelo prazo necessário à monitorização do contrato a celebrar e à garantia da realização de auditorias, nacionais ou europeias ao contrato.

12. PROPOSTAS VARIANTES

Não será admitida a apresentação de propostas variantes.

13. NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

14. LEILÃO ELETRÓNICO

Não haverá lugar à realização de leilão eletrónico.



15. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

15.1 A proposta é constituída **obrigatoriamente** pelos seguintes documentos:

- a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, conforme indicado no **Anexo I** ao presente procedimento;
- b) **Documento com o preço global da proposta**, não submetido à concorrência;
- c) **Lista de preços unitários máximos**, para cada uma das tipologias de serviços e línguas indicadas nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, conforme o modelo constante do **Anexo II** do presente programa do procedimento;
- d) **Descrição dos requisitos exigidos** na Parte II do Caderno de Encargos, relativamente a cada um dos 10 (dez) elementos obrigatórios da equipa que a integram, de acordo com o modelo constante do **Anexo III** ao presente programa do procedimento;
- e) **Curriculum Vitae**, dos 10 (dez) elementos obrigatórios da equipa afeta à execução do contrato, com descrição da experiência em serviços iguais ou similares ao objeto do contrato, bem como indicação do número de anos de experiência na prestação desses serviços, para efeitos do cumprimento dos requisitos constantes da Parte II do caderno de encargos;
- f) **Comprovativo das habilitações literárias e das certificações indicadas** nos *curricula* dos elementos que integram obrigatoriamente a equipa, e exigidas na Parte II do Caderno de Encargos;
- g) **Certidão do registo comercial ou código de acesso à certidão permanente e/ou qualquer outro documento** que ateste a legitimidade para a apresentação de proposta por forma a relacionar o assinante com a sua função e poder de representação para efeitos de assinatura dos documentos que instruem a proposta (ex.: procuração).

15.2 Os concorrentes poderão ainda indicar outros aspetos que considerem relevantes para a apreciação das propostas, desde que os mesmos não contrariem as peças do procedimento.

15.3 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes legais.

15.4 Para efeitos de apresentação dos documentos a que se refere a alínea e) do ponto 15.1, o Concorrente **responsabiliza-se pela obtenção do consentimento** para transmissão dos dados pessoais à Agência, I.P. e para a sua divulgação que possa ser obrigatória nos termos legais, no âmbito do Regulamento nº 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de



2016, (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), bem como na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

16. EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS

- 16.1 Sem prejuízo do disposto no artigo 72.º do CCP, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, as propostas serão excluídas nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do 146.º do CCP, na sua atual redação.
- 16.2 Serão excluídas as propostas cujos 1 ou mais elementos obrigatórios afetos à equipa não contemplem os requisitos mínimos exigidos relativos à experiência na tipologia em causa e na área dos Fundos Europeus.
- 16.3 As propostas serão, ainda, excluídas, caso desrespeitem os preços unitários máximos fixados nos termos do Ponto 17.2 do presente programa do procedimento.

17. PREÇO BASE

- 17.1 O preço base do procedimento é de **150.060,00€ (cento e cinquenta mil e sessenta euros)**, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
- 17.2 Os preços unitários máximos fixados para cada uma da tipologia de serviços abrangidos pelo contrato que se pretende celebrar são os seguintes:
- a) Tradução - 0,19€ (dezanove cêntimos) por palavra;
 - b) Transcrição - 1,60€ (um euro e sessenta cêntimos) por minuto, sendo considerado o minuto de áudio do suporte em causa;
 - c) Interpretação simultânea -120,00€ (cento e vinte euros), por hora;
 - d) Interpretação em língua gestual - 120,00€ (cento e vinte euros), por hora.
- 17.2 Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e por extenso, e não incluem o IVA.
- 17.3 Em caso de divergência entre o preço indicado em algarismos e o indicado por extenso, prevalece, para todos os efeitos, o preço indicado por extenso.
- 17.4 Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.



18. PREÇO OU CUSTO ANORMALMENTE BAIXO

- 18.1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, não serão definidas situações em que o preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo.
- 18.2. Mesmo na ausência de definição, o preço ou custo de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato, caso em que é aplicável o disposto nos n.ºs 3 e seguintes do artigo 71.º do CCP.

19. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na **modalidade multifator**, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, e densificado pelos fatores e subfatores, de acordo com o modelo de avaliação das propostas, em conformidade com o disposto no artigo 139.º do CCP e constante do anexo IV ao presente Programa do Procedimento, a saber:

- a) Fator 1: Experiência dos elementos da equipa - 60%;
 - a.1) *Subfator 1.1 – Experiência na tipologia de serviços – 35%*
 - a.2) *Subfator 1.2 – Experiência na área dos Fundos Europeus – 65%*
- b) Fator 2: Preço - 40%;

20. MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Nos termos do disposto no artigo 139.º do CCP, o modelo de avaliação das propostas consta do **Anexo IV** ao presente Programa do Procedimento.

21. CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 21.1 Em caso de empate de propostas ordenadas em primeiro lugar, o critério de desempate é o dos fatores e subfatores do critério de adjudicação, por ordem decrescente de ponderação relativa, como segue:
- a) A proposta que apresentar a melhor pontuação no fator 1 “Experiência dos elementos da equipa”,
 - b) A proposta que para o serviço de interpretação simultânea de inglês para português apresentar o valor unitário mais baixo.



21.2 Em caso de subsistir o empate relativamente à ordenação em primeiro lugar realiza-se um sorteio para ordenação das propostas nessa circunstância, constando as regras desse sorteio do **Anexo V** do presente programa do procedimento.

22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

22.1 Em caso de adjudicação, o concorrente deverá apresentar no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da notificação de adjudicação e sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II do CCP (Anexo VI** deste programa);
- b) Documentos comprovativos ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP (**certificado do registo criminal da entidade e dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções, situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e situação regularizada relativamente a impostos**);
- c) **Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**, para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º do Anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto, na sua atual redação ou indicação do código de acesso gerado pelo RCBE aquando da validação do registo.

22.2 Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.

22.3 Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

22.4 Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação ao qual o adjudicatário declara aceitar a prevalência para todos os efeitos sobre os respetivos originais.

22.5 Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º, o adjudicatário será notificado relativamente ao qual o facto ocorreu, sendo fixado um prazo máximo de 5 (cinco) dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

22.6 Caso se verifique que a situação ocorreu por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar concederá, em função das razões invocadas, um prazo



adicional de 2 (dois) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

- 22.7 Nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o prazo a conceder para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade em conformidade com o preceituado no artigo 86.º do CCP, será de 2 (dois) dias.
- 22.8 Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível, para o endereço indicado pela entidade adjudicante.
- 22.9 Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Agência, I.P. o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.
- 22.10 O modo de apresentação dos documentos de habilitação obedece ainda ao disposto na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

23. CAUÇÃO

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

24. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

Nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato será reduzido a escrito.

25. DESPESAS E ENCARGOS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- 25.1. Constituem encargos do concorrente todas despesas necessárias e inerentes à elaboração e submissão da proposta.
- 25.2. As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

26. LEGISLAÇÃO E FORO APLICÁVEIS

- 26.1 Em tudo o que o presente programa for omissa aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação e demais legislação aplicável;



26.2 Na ocorrência de eventuais litígios, estes serão dirimidos com recurso à lei portuguesa no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Nota: *Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica poderão recorrer ao apoio técnico previsto para esse fim, através do endereço eletrónico www.acingov.pt ou do telefone 707451451 ou através do e-mail: apoio@acingov.pt.*

ANEXOS:

ANEXO I - Modelo de Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);

Anexo II - Preços Unitários

ANEXO III - Elementos da equipa

Anexo IV - Modelo de avaliação de propostas

Anexo V - Regras de realização do sorteio;

ANEXO VI - Modelo de declaração (Anexo II ao CCP), a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º CCP;



ANEXO I - Modelo de Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

(a que se reporta a alínea a) do Ponto 15.1 do presente Programa do Procedimento)

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela entidade adjudicante, com as informações que lhe digam respeito, através do link:

<https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>

O documento deve ser assinado eletronicamente pelo operador económico ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada.

Recomenda-se, para efeitos de preenchimento do formulário, a prévia leitura da Circular Informativa nº 01/IMPIC/2016, bem como o documento de ajuda (FAQ) em anexo à mesma e demais elementos disponibilizados pelo IMPIC para o efeito, em:

http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular_informativa_1_IMPIC_2016.pdf

http://www.impic.pt/impic/pt-pt/noticias/deucp_2

<http://www.impic.pt/impic/pt-pt/noticias/documento-europeu-unico-de-contratacao-publica>



Anexo II – Lista de preços unitários

[a que se refere a alínea c) do Ponto 15.1 do Programa do Procedimento]

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. n.º R/077/2025, referente à aquisição de serviços de tradução, transcrição, interpretação simultânea e interpretação em língua gestual, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, e ainda nos seguintes termos:

1. Pelo PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA, não submetido à concorrência, no valor de 150.060,00€ [cento e cinquenta mil e sessenta euros], ao qual acresce o IVA à taxa de _____%.

2. Pelos VALORES UNITÁRIOS constantes do quadro infra:

Línguas	Tradução		Transcrição		Interpretação Simultânea		Interpretação em Língua gestual
	De	Para	De	Para	De	Para	
	€/Palavra PBU: 0,19€		€/Minuto* PBU: 1,60€		€/Hora/Pessoa PBU: 120,00€		
Alemão							
Espanhol							
Francês							
Inglês							
Italiano							
Português							
Outras línguas da UE							

PMU: Preço Máximo Unitário
* Minuto de áudio do suporte em causa

Preço de referência: 3.636,00€

Todos os elementos constantes da presente declaração prevalecem sobre quaisquer outros que o Concorrente indique nalgum outro documento da sua proposta.

Local e data

Assinatura qualificada



Anexo III – Habilitações e Experiência dos elementos da equipa

[a que se refere a alínea d) do ponto 15.1 do Programa do Procedimento]

Perfil n.º (*): (**) Nome do elemento a afetar à equipa: (***)

Experiência na tipologia de serviços:

N.º	Descrição dos serviços prestados	Evento (Aplicável aos serviços de interpretação)	Entidade	Data	Local (Aplicável aos serviços de interpretação)
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					

Experiência na área dos Fundos Europeus:

N.º	Descrição dos serviços prestados	Evento (Aplicável aos serviços de interpretação)	Entidade	Data	Local (Aplicável aos serviços de interpretação)
1					
2					
3					
4					
5					



- * Inserir 1 número por elemento da equipa (de 1 a 10)
- ** Indicar somente uma tipologia de serviço (tradução ou interpretação simultânea ou interpretação em língua gestual ou transcrição)
- *** Indicar o nome do elemento correspondente à tipologia em causa

Modelo de comprovativo de 150 dias de experiência de trabalho como Intérprete de Conferência

[a que se refere a subalínea c) da alínea A do n.º 4 do Ponto VII da Parte II do Caderno de Encargos, se aplicável]

Perfil n.º (*): (**) Nome do elemento a afetar à equipa: (***)

Experiência na tipologia de serviços:

Descrição do serviço prestado	Entidade	Nº de dias	Data	Local



Anexo IV – MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

(a que se reporta o Ponto 20. do presente Programa do Procedimento)

Fatores e Subfatores de avaliação

Fatores	Coeficientes de ponderação	Subfatores	Coeficientes de ponderação
F1 – Experiência dos elementos da equipa	60%	F1.1 - Experiência na tipologia de serviços	35%
		F1.2 - Experiência na área dos Fundos Europeus	65%
F2 – Preço	40%		

Fator F1:

A pontuação das propostas ao nível do fator F1 - “Experiência dos elementos da equipa” será obtida pela média simples das pontuações obtidas pelos elementos da equipa associados a cada um dos perfis obrigatórios.

F1.1 - Cada perfil é pontuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_i = \frac{(\text{projetosTP}_i - \text{projetosTMin}) + 1}{\text{ProjetosTMax}}$$

Onde:

P_i: Pontuação do elemento associado ao perfil *i*

ProjetosTP_i: Número de projetos realizados na tipologia de serviços apresentado pelo elemento da equipa que preenche o perfil *i*.

Serão considerados no máximo 10 projetos na área.

ProjetosTMin = 1

ProjetosTMax: Número de projetos na tipologia de serviços necessário à atribuição da pontuação máxima a cada perfil = 10

F1.2 - Cada perfil é pontuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\frac{(\text{ProjetosFeP}_i - \text{ProjetosFeMin}) + 1}{\text{ProjetosFeMax}}$$



Onde:

P_i : Pontuação do elemento associado ao perfil i

$AnosFeP_i$: Número de projetos na área dos Fundos Europeus apresentado pelo elemento da equipa que preenche o perfil i .

Serão considerados no máximo 5 projetos na área.

$AnosFeMin = 1$

$AnosFeMax$: Número de projetos na área dos Fundos Europeus necessário à atribuição da pontuação máxima a cada perfil = 5

A pontuação final do fator F1 é obtida a partir da seguinte fórmula:

$$F1 = \frac{\sum F1.1P_i}{\text{Número de perfis obrigatórios (10)}} \times 35 + \frac{\sum F1.2P_i}{\text{Número de perfis obrigatórios (10)}} \times 65$$

Os elementos com experiência na tipologia de serviços e na área dos Fundos Europeus superior a 10 e 5 projetos, respetivamente, não terão pontuação acrescida.

Fator F2:

O Fator F2 é calculado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$F2 = 5 - 4 * (*PProposta / PReferência)$$

Onde:

$PProposta = (\text{€/Palavra da Proposta referente à tipologia "Tradução de inglês para português"} \times 6000 \text{ palavras}) + (\text{€/minuto de áudio do suporte da Proposta referente à tipologia "Transcrição de português"} \times 60 \text{ minutos}) + (\text{€/Hora/Pessoa da Proposta referente à tipologia "Interpretação Simultânea de inglês para português"} \times 2 \text{ intérpretes} \times 8 \text{ horas}) + (\text{€/Hora/Pessoa da Proposta referente à tipologia "Interpretação em Língua Gestual de português"} \times 2 \text{ intérpretes} \times 2 \text{ horas})$

$PPreferência = 3.636,00 \text{ €}$

A Pontuação Global (PG) será atribuída mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PG = F1 * [60\%] + F2 * [40\%]$$



ANEXO V

REGRAS DE REALIZAÇÃO DO SORTEIO

(a que se refere o ponto 21.2 do Programa do Procedimento)

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será efetuado por sorteio realizado pelo júri na presença do representante legal de cada um dos concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.

Proceder-se-á ao desempate das propostas, através de sorteio em conformidade com o seguinte procedimento:

- a) Notificação dos concorrentes, com um prazo de 3 dias úteis de antecedência, da data e hora a efetuar o sorteio, através de mensagem na plataforma eletrónica de contratação pública, indicada no presente Programa do Procedimento;
- b) Será concedida uma tolerância de 15 minutos relativamente à hora marcada, após a qual será realizado o sorteio com os concorrentes presentes, sendo que a bola dos eventuais concorrentes em falta, será retirada por uma testemunha externa, na presença de todos os participantes no sorteio;
- c) A realização do sorteio terá lugar nas instalações da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., sitas na Avenida 5 de Outubro, n.º 153, 1050-053 Lisboa;
- d) A ordenação será determinada através da metodologia de retirada, pelos concorrentes, de uma bola de um saco opaco, cujo número inscrito na mesma determinará a ordenação das propostas, significando designadamente:
 - 1.ª Posição – Bola n.º 1
 - 2.ª Posição – Bola n.º 2
 - 3.ª Posição – Bola n.º 3E assim sucessivamente tendo em conta a quantidade de propostas empatadas.
- e) A ordem de retirada das bolas ocorrerá em conformidade com a ordem de receção das propostas na plataforma eletrónica de contratação pública;
- f) Terminado o sorteio, será lavrada uma ata do mesmo, com a ordenação final dos concorrentes, a qual será lida em voz alta pelo Presidente do Júri, após o que será perguntado aos concorrentes presentes se têm alguma objeção;
- g) Não havendo objeções por parte dos concorrentes presentes, será formalmente declarado encerrado o sorteio, sendo a ata assinada por todos os participantes.



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO – Anexo II do CCP

A que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e a alínea a) do ponto 22.1 do programa do procedimento

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º